

Editorial / Editorial

Ao longo dos seus nove anos de existência, *Tensões Mundiais* publicou números temáticos que abordam os conflituosos processos nunca concluídos de construção das nacionalidades na América do Sul e na África, além de uma coletânea de textos sobre os vínculos profundos entre natureza e nação, geralmente menos-prezados na análise dos chamados “desastres naturais”.

Desta feita, o objeto da nossa atenção está direcionado ao que tem sido consagrado na literatura como o fenômeno dos países “emergentes”, mais especificamente àqueles conhecidos como os BRICS. Interessa-nos, em particular, discutir as perspectivas críticas de uma ideia e de um mecanismo de articulação inter-regional, que a despeito de uma retórica que valoriza a cooperação em setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, tem origem na proposta do economista-chefe de um dos maiores grupos financeiros multinacionais. Sem dúvida, uma empreitada coerente com a atual expansão do capitalismo e sua frenética produção de desigualdades!

Mas, afinal, o que significa “emergente”? Seria a emergência de uma economia com índices elevados de crescimento? De economias que, no caso dos BRICS, detêm um PIB de 16.683 bilhões de dólares, equivalente a 23% do somatório dos PIBs das 50 maiores economias do mundo? Ou tratar-se-ia da emergência de uma nova ordem global composta por atores políticos que, em conjunto, cobrem 26,5% do território do planeta e representam 43% da sua população? Governantes, empresários, acadêmicos e os meios de comunicação parecem não se pôr de acordo em seus discursos sobre os BRICS, se estão fazendo menção a Estados, sociedades, mercados, povos, territórios, culturas... ou nações. A imprecisão dos termos tem sido uma característica marcante no debate político acerca deste bloco “inventado” de países emergentes, refletindo a relutância dos Estados em constituir sociedades capazes de refletir sobre si mesmas, suas complexidades e contradições.

O tema é instigante e de inegável importância. No entanto, a sigla e o que ela significa causam estranheza aos estudiosos para os quais as nações são entidades em constante movimento, com fronteiras nacionais impelidas por forças políticas e econômicas, muitas vezes invisíveis. Tal concepção permite, por exemplo, examinar o que aproxima comunidades nacionais tão díspares quanto o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, com suas trajetórias independentes e seu brilho próprio, porém interligadas de muitas maneiras em momentos diversos.

Neste sentido, em *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*, Benedict Anderson (2005) observa que o nacionalismo se nutre de experiências transcontinentais de militância política e sociabilidade cultural, originando ideias de nação marcadas por uma caracterização identitária internacionalista, na qual o movimento anarquista, geralmente tido como antagonista do nacionalismo, desempenhou papel fundamental, sobretudo na independência das Filipinas e de Cuba. Em relação ao colonialismo praticado pelos impérios espanhol e inglês, no final do século XIX, um paralelo pode ser traçado com o livro *Holocaustos Coloniais*. Nele, Mike Davis (2001) retrata os trágicos efeitos do imperialismo na era vitoriana, quando uma devastadora seca afeta simultaneamente regiões do Brasil, China e Nigéria, provocando a morte de 50 milhões de pessoas nas áreas rurais destes países.

Três fatores motivaram esta iniciativa do Observatório das Nacionalidades. O primeiro, de natureza estrutural, diz respeito às estreitas conexões entre o nacionalismo e o internacionalismo. Os estudos empíricos e teóricos sistematizados no âmbito da nossa rede de pesquisa e difundidos nas páginas de *Tensões Mundiais* mostram que a nação é “filha” da internacionalidade e se organiza para integrar um sistema global capitalista de produção e intercâmbio de bens materiais e imateriais.

O segundo, de ordem conjuntural, está relacionado à realização da VI Cúpula dos BRICS, em Fortaleza, no mês de julho de 2014. Busca-se com este número da revista abrir espaço para abordagens diferenciadas da percepção hegemônica sobre os BRICS e, assim, dar continuidade à dinâmica inaugurada em Durban, durante a V reunião dos Chefes de Estado. Na ocasião, movimentos

sociais dos cinco países manifestaram repúdio ao alijamento das suas entidades das discussões e decisões que afetam as vidas dos povos e propuseram a formação dos BRICS pela base (*BRICS from below*), sinalizando que nações também são forjadas na luta dos “de baixo”, como lembra Hobsbawm.

Já o terceiro fator tem a ver com a preocupação do Observatório das Nacionalidades em face do desconhecimento reinante entre as populações dos cinco países acerca do que são os BRICS e o que pretendem. Dessa maneira, temos em mente preencher uma lacuna e estimular pesquisadores, mediante a disseminação de matérias selecionadas com base em critérios que mesclam rigor científico com perspectiva inovadora.

Com satisfação oferecemos aos leitores uma variada coleção de artigos e ensaios escritos por reconhecidos e atuantes acadêmicos, brasileiros e estrangeiros, na expectativa de não somente fortalecer a cooperação internacional, mas também ampliar nossa capacidade de pensar o mundo e nele intervir. Os textos foram escolhidos com diligência e grande esforço por Ana Saggiaro Garcia e Patrick Bond, dedicados colaboradores destes dois números de *Tensões Mundiais*, excepcionalmente, reunidos em um único volume correspondente ao ano de 2014.

Esta é a primeira edição da revista que não conta com a presença de Manuel Domingos Neto no expediente editorial. Nossos agradecimentos a um dos fundadores de *Tensões Mundiais* e coordenador da rede de pesquisa, cujos questionamentos e inquietações continuarão presentes em nossa linha editorial.

Os Editores